

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



PROTEÇÃO AO VOO

ICA 63-46

**ÓRGÃOS PROVEDORES DE SERVIÇO DE
NAVEGAÇÃO AÉREA – PSNA**

2021

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO



PROTEÇÃO AO VOO

ICA 63-46

**ÓRGÃOS PROVEDORES DE SERVIÇO DE
NAVEGAÇÃO AÉREA – PSNA**

2021



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

PORTARIA DECEA Nº 151/DGCEA, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

Aprova a edição da ICA 63-46 “Órgãos Provedores de Serviço de Navegação Aérea (PSNA)”.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO, de conformidade com o previsto no art. 19, inciso I, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o disposto no art. 10, inciso IV, do Regulamento do DECEA, aprovado pela Portaria nº 2.030/GC3, de 22 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da ICA 63-46 “Órgãos Provedores de Serviço de Navegação Aérea (PSNA)”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor em 3 de janeiro de 2022.

Ten Brig Ar JOÃO TADEU FIORENTINI
Diretor-Geral do DECEA

(Publicada no BCA nº 238, de 29 de dezembro de 2021)

SUMÁRIO

1	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	9
1.1	<u>FINALIDADE</u>	9
1.2	<u>ÂMBITO.....</u>	9
1.3	<u>COMPETÊNCIA.....</u>	9
1.4	<u>ABREVIATURAS.....</u>	9
1.5	<u>CONCEITUAÇÕES</u>	11
2	IMPLANTAÇÃO.....	20
3	ÓRGÃOS OPERACIONAIS DE PSNA	21
3.1	<u>CONTROLE DE APROXIMAÇÃO (APP).....</u>	21
3.2	<u>TORRE DE CONTROLE DE AERÓDROMO (TWR).....</u>	21
3.3	<u>ÓRGÃO AFIS (RÁDIO)</u>	21
3.4	<u>ÓRGÃOS OPERACIONAIS REMOTOS.....</u>	21
4	SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS.....	22
4.1	<u>SERVIÇO MÓVEL AERONÁUTICO (SMA).....</u>	22
4.2	<u>SERVIÇO FIXO AERONÁUTICO (SFA).....</u>	22
4.3	<u>SERVIÇO DE METEOROLOGIA AERONÁUTICA</u>	23
4.4	<u>SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AERONÁUTICA</u>	24
4.5	<u>SISTEMA DE GRAVAÇÃO DE VOZ/DADOS.....</u>	24
4.6	<u>SISTEMA DE ENERGIA</u>	24
5	GENERALIDADES.....	26
5.1	<u>PUBLICAÇÕES DO DECEA E FORMULÁRIOS</u>	26
5.2	<u>HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO</u>	26
5.3	<u>PESSOAL</u>	26
5.4	<u>SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA SEGURANÇA OPERACIONAL (SMS)</u>	27
5.5	<u>AUXÍLIOS À NAVEGAÇÃO AÉREA, AUXÍLIOS LUMINOSOS À NAVEGAÇÃO, EMS E ERAA</u>	27
5.6	<u>FISCALIZAÇÃO E CONTROLE.....</u>	28
6	DISPOSIÇÕES FINAIS	29
	REFERÊNCIAS.....	30
	Anexo A – Endereço das Organizações Regionais do DECEA.....	32
	Anexo B – Ficha Cadastro de Atribuição de Serviços de Navegação Aérea (FCANS)	33

PREFÁCIO

O propósito desta Instrução é normatizar a operação de órgãos que prestam serviços de navegação aérea, tais como serviços de telecomunicações aeronáuticas, de radionavegação aérea, de meteorologia aeronáutica e de informações aeronáuticas de aeródromos, tratados nesta ICA como Prestadores de Serviços de Navegação Aérea (PSNA).

A Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 21, parágrafo 12, letra “c”, estabelece que à União compete explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão a navegação aérea. A Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, em seu artigo 18, parágrafo II, confere à Aeronáutica, como atribuição subsidiária particular, prover a segurança da navegação aérea.

As entidades que prestam serviços de navegação aérea de aeródromos atuais são os Destacamentos de Controle do Espaço Aéreo (DTCEA), as Dependências da NAV Brasil (DNB) e as Estações Prestadoras de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA). A forma dos atos administrativos que criam, homologam ou autorizam as entidades citadas anteriormente seguem norma específica emitida por autoridade competente.

Cada tipo de serviço de navegação aérea de aeródromo pode ser prestado por entidades distintas, conforme o seu processo de atribuição ou homologação.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

A presente Instrução estabelece normas e procedimentos para a operação de serviços de navegação aérea dos Provedores de Serviços de Navegação Aérea (PSNA) operados diretamente pela União, seja por intermédio de Organizações Militares (OM) do Comando da Aeronáutica, seja por intermédio da empresa pública NAV Brasil – Serviços de Navegação Aérea S.A. (NAV Brasil), ou operados por Estações Prestadoras de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA).

NOTA: Os critérios exigidos para a prestação do serviço de navegação aérea do PSNA se referem ao órgão operacional que provê o serviço. Portanto, esta Instrução se aplica aos órgãos operacionais que prestam o serviço de navegação aérea e operadores de sistemas e equipamentos ligados ao ANS e não a organização militar ou empresa em si, exceto no que se refere ao SMS e AVSEC, que requerem critérios especificados em norma própria.

1.2 ÂMBITO

A presente Instrução, de observância obrigatória, aplica-se a todos os elos do SISCEAB e aos seus usuários, naquilo que lhes couber.

1.3 COMPETÊNCIA

Compete à UNIÃO, e por delegação ao COMAER/DECEA, explorar diretamente ou mediante autorização, concessão, designação ou permissão a navegação aérea, incluindo a normatização e os procedimentos para autorização, implantação, homologação, ativação, controle, fiscalização, operação e desativação de Provedores do Serviço de Navegação Aérea.

1.4 ABREVIATURAS

As siglas e abreviaturas empregadas nesta Instrução têm os seguintes significados:

AFIS	- Serviço de Informação de Voo de Aeródromo
AFIS-S	- Serviço de Informação de Voo de Aeródromo Simultâneo
AIOp	- Autorização de Início de Operação
AIS	- Serviço de Informação Aeronáutica
AMHS	- Sistema de Tratamento de Mensagens ATS
ANAC	- Agência Nacional de Aviação Civil
ANATEL	- Agência Nacional de Telecomunicações
ANS	- Serviços de Navegação Aérea
APP	- Controle de Aproximação
ASEGCEA	- Assessoria de Segurança Operacional no Controle do Espaço Aéreo
ASOCEA	- Assessoria de Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo
ATAN	- Assessoria para Assuntos de Tarifas de Navegação Aérea

ATC	- Controle de Tráfego Aéreo
ATCO	- Controlador de Tráfego Aéreo
ATS	- Serviço de Tráfego Aéreo
CAT	- Categoria
CEOp	- Certificado de Especialização Operacional
CGNA	- Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea
CHT	- Certificado de Habilitação Técnica
CINDACTA	- Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo
CMA	- Centro Meteorológico de Aeródromo
COM	- Telecomunicações Aeronáuticas
COMAER	- Comando da Aeronáutica
CRCEA-SE	- Centro Regional de Controle do Espaço Aéreo Sudeste
DECEA	- Departamento de Controle do Espaço Aéreo
DNB	- Dependência da NAV Brasil
EACEA	- Estação de Apoio ao Controle do Espaço Aéreo
EMA	- Estação Meteorológica de Altitude
EMS	- Estação Meteorológica de Superfície
EMS-A	- Estação Meteorológica de Superfície Automática
ENB	- Estação da NAV Brasil
EPTA	- Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo
ER	- Executivo Responsável
ERAA	- Estação de Radiodifusão Automática de Aeródromo
ESP	- Especial
FCANS	- Ficha de Cadastro de Atribuição de Serviços de Navegação Aérea
FIS	- Serviço de Informação de Voo
GEIV	- Grupo Especial de Inspeção em Voo
GSOP	- Gerente de Segurança Operacional
ICA	- Instituto de Cartografia Aeronáutica
ICA	- Instrução do Comando da Aeronáutica
JJAer	- Junta de Julgamento da Aeronáutica
KF	- Casa de Força
KT	- Casa de Transmissor
MANINV-BRASIL	- Manual Brasileiro de Inspeção em Voo
MCA	- Manual do Comando da Aeronáutica

MD	- Ministério da Defesa
MET	- Meteorologia Aeronáutica
MLAT	- Multilateração
NDB	- Radiofarol não direcional
OEA	- Operador de Estação Aeronáutica
PAME-RJ	- Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro
PCEA	- Produto de Controle do Espaço Aéreo
PNAVSECCEA	- Programa Nacional de Segurança para a Aviação Civil do SISCEAB
PSE	- Prestadores de Serviços Especializados
PSNA	- Provedor de Serviços de Navegação Aérea
R-AFIS	- Órgão AFIS Remoto
SDIA	- Solicitação de Divulgação de Informação Aeronáutica
SDOP	- Subdepartamento de Operações do DECEA
SDTE	- Subdepartamento Técnico do DECEA
SFA	- Serviço Fixo Aeronáutico
SIPACEA	- Seção de Investigação e Prevenção de Acidentes/Incidentes do Controle do Espaço Aéreo
SISCEAB	- Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro
SMA	- Serviço Móvel Aeronáutico
SMS	- Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional
STCA	- Serviço de Telecomunicações do Comando da Aeronáutica
TMA	- Área de Controle de Terminal
TWR	- Torre de Controle de Aeródromo

1.5 CONCEITUAÇÕES

Os termos e expressões aqui empregados são de uso corrente no SISCEAB e têm os significados conforme as descrições a seguir.

1.5.1 ACEITAÇÃO DO SMS

Expressão utilizada quando o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) certifica que o Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional da Organização/Entidade Provedora do ANS está implantado.

1.5.2 AISWEB

É a fonte oficial para obtenção de informações aeronáuticas do Estado brasileiro. É um sistema que reúne os serviços desenvolvidos pelo DECEA, que tem por objetivo a divulgação de Informações Aeronáuticas produzidas pelo Instituto de Cartografia Aeronáutica (ICA).

A área de informações aeronáuticas abrange o conjunto de atividades executadas com o objetivo de gerar, coletar, processar e divulgar as informações necessárias à segurança, à regularidade e à eficiência da navegação aérea.

1.5.3 AMHSWEB

Acesso ao AMHS pela internet. É um meio de acesso ao AMHS com *login* e senha do usuário para a tramitação de mensagens aeronáuticas, no qual o terminal do assinante se liga a um servidor e este é conectado ao AMHS. Os terminais de assinantes do COMAER são ligados ao AMHS diretamente pela INTRAER.

1.5.4 ATIVAÇÃO

Ato administrativo da autoridade competente do DECEA que autoriza a entrada em operação de um sistema ou auxílio à navegação aérea pertencente a um PSNA, bem como do próprio PSNA.

1.5.5 AUTORIZAÇÃO

Ato administrativo, discricionário e precário da autoridade competente do DECEA que delega a terceiros uma autorização de serviço público para operar um PSNA, desde que satisfeitos os requisitos técnico-operacionais estabelecidos em seu projeto básico e em conformidade com as normas em vigor, em complemento à infraestrutura de apoio à navegação aérea provida e operada pela União-COMAER-DECEA, no âmbito do SISCEAB.

1.5.6 AUTORIZAÇÃO DE INÍCIO DE OPERAÇÃO (AIOP)

Documento emitido por autoridade competente do Órgão Regional, após analisar e aprovar todos os procedimentos administrativos para homologação, no qual autoriza a operação de um PSNA como um todo ou de auxílios à navegação aérea, equipamentos e sistemas componentes das estações, antes de sua efetiva homologação e ativação pelo DECEA.

1.5.7 AUXÍLIOS RÁDIO À NAVEGAÇÃO AÉREA

Equipamentos destinados a proporcionar apoio às aeronaves para sua navegação em rota, em TMA e em suas manobras de pouso e decolagem, podendo ser NDB, VOR, DME e ILS.

1.5.8 AUXÍLIOS VISUAIS PARA A NAVEGAÇÃO

Para efeito desta Instrução, os auxílios visuais para a navegação são os equipamentos luminosos ALS, PAPI, VASIS e todas as suas configurações abreviadas.

1.5.9 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE INICIAL (DCI)

Documento emitido pelo Órgão Regional, por delegação do DECEA, declarando que as características técnicas do(s) sistema(s), do(s) equipamento(s) ou do(s) auxílio(s) à navegação aérea que estão especificadas no projeto estão de acordo com os requisitos estabelecidos para a categoria do PSNA, podendo-se, assim, o interessado dar prosseguimento à implantação dos PCEA apresentados. Em caso de não conformidade, será remetido ao interessado um parecer apontando as pendências do projeto.

1.5.10 DEPENDÊNCIA DA NAV BRASIL (DNB)

Filial da NAV Brasil com autonomia administrativa e responsável por prestar os serviços delegados à empresa em determinada localidade.

1.5.11 DESATIVAÇÃO

Ato administrativo da autoridade competente do DECEA que revoga a autorização para operação de um órgão, PCEA, sistema ou auxílio à navegação aérea de um PSNA, bem como do próprio PSNA, por motivo de natureza técnico-operacional e/ou administrativa, fazendo cessar definitivamente sua atividade.

1.5.12 DESIGNAÇÃO

Ato administrativo, discricionário e precário da autoridade competente do DECEA que delega à NAV Brasil uma atribuição de serviço público para operar um PSNA como parte da infraestrutura de apoio à navegação aérea provida e operada pela União-COMAER-DECEA, no âmbito do SISCEAB.

1.5.13 DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO (DTCEA)

Organização da estrutura do Departamento de Controle do Espaço Aéreo que presta os serviços de tráfego aéreo, telecomunicações, informação aeronáutica e meteorológica nas diversas localidades de interesse da aviação.

1.5.14 EFETIVO OPERACIONAL

Total de pessoas, militares e/ou civis, necessário para desempenhar os serviços operacionais inerentes a um órgão operacional do SISCEAB, calculado em função das posições operacionais, da carga de trabalho e da carga horária.

1.5.15 ELOS DO SISCEAB

São as entidades civis e militares que desenvolvem, de forma permanente ou eventual, atividades relacionadas com o controle do espaço aéreo, tais como:

- a) órgãos operacionais, Provedores de Serviço de Navegação Aérea (PSNA) de natureza militar (CINDACTA I, II, III, IV e CRCEA-SE, e seus Destacamentos) ou pública, civil vinculados ao COMAER (NAV Brasil);
- b) Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA); entidades da administração pública direta ou indireta não vinculadas ao COMAER; e

- c) entidades privadas, independentemente de seu nível ou grau, mediante convênio, contrato, concessão ou autorização específica, outorgada pelo DECEA.

1.5.16 EMPRESA PÚBLICA

Empresa pública é a pessoa jurídica de direito privado administrada exclusivamente pelo poder público, instituída por um ente estatal, com a finalidade prevista em lei e sendo de propriedade única do Estado. A finalidade pode ser de atividade econômica ou de prestação de serviços públicos. É um instrumento de ação do estado, sendo integrante da administração indireta e constituída sob qualquer das formas admitidas pelo direito.

1.5.17 ENTIDADE AUTORIZADA

É a pessoa física ou jurídica a quem foi concedida, pela União-COMAER-DECEA, a autorização para implantação, manutenção e operação de uma EPTA que será responsável pelo funcionamento da estação, podendo delegar a operação a uma Prestadora de Serviços Especializados (PSE).

1.5.18 ENTIDADE DESIGNADA

São as Organizações Regionais do DECEA ou a empresa pública NAV Brasil, responsáveis pelo funcionamento dos órgãos operacionais que prestam os serviços de navegação aérea em localidades e porções do espaço aéreo brasileiro atingidas pelas prioridades do COMAER.

1.5.19 ENTIDADE OPERADORA

É a pessoa física ou jurídica responsável pela operação do PSNA, podendo ser a própria entidade designada/autorizada ou uma PSE.

1.5.20 ENTIDADE PROVEDORA DE SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA

Operadora responsável por uma ou mais Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA) ou Dependência da NAV Brasil (DNB), provedoras dos serviços de navegação aérea do SISCEAB, de acordo com o respectivo ato de autorização ou de designação.

1.5.21 ESTAÇÃO DE APOIO AO CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO (EACEA)

Instalação de caráter militar, implantada em local isolado e avançado, não agregado diretamente à Organização-sede, sem autonomia técnico-administrativa e constituída por equipamentos e infraestrutura própria, destinados às atividades de detecção-radar, de telecomunicações e/ou de auxílio à navegação aérea, operados e mantidos por Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA) ou pelo Centro Regional de Controle do Espaço Aéreo Sudeste (CRCEA-SE) ao qual estiver vinculada.

1.5.22 ESTAÇÃO DA NAV BRASIL

Denominação dada a uma instalação, implantada em local isolado, agregada a uma DNB geograficamente próxima ou operacionalmente correlata, sem autonomia técnico-

administrativa, e constituída por equipamentos e infraestrutura próprios, destinados às atividades de vigilância, de telecomunicações, meteorológicas e/ou de auxílio à navegação aérea.

1.5.23 ESTAÇÃO PRESTADORA DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES E DE TRÁFEGO AÉREO (EPTA)

Entidade autorizada de serviço público pertencente a pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, dotada de pessoal, instalações, equipamentos, sistemas e materiais suficientes para prestar serviços específicos conforme a sua categoria.

1.5.24 FICHA DE CADASTRO DE ATRIBUIÇÃO DE SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA (FCANS)

Ficha que contém os serviços, sistemas, equipamentos, códigos de identificação, frequências, horários de funcionamento, endereço telegráfico, bem como o registro de localização e dados processuais do PSNA do DTCEA e da DNB.

NOTA: No caso das EPTA, os dados que contém os serviços, sistemas, equipamentos, códigos de identificação, frequências, horários de funcionamento, endereço telegráfico, bem como o registro de localização e dados processuais do PSNA constarão na AIOp.

1.5.25 GERENTE OPERACIONAL

É o profissional responsável pela Gerência de Operações de um PSNA. Exerce responsabilidade particular em administrar os recursos e meios (sistemas, auxílios, equipamentos, infraestrutura e pessoal) destinados aos serviços do provedor.

1.5.26 HABILITAÇÃO TÉCNICA

É o registro de qualificações relativas ao exercício da atividade estabelecida na licença, disponibilizado no sistema LPNA e que credencia seu detentor para o exercício da função correspondente à licença.

1.5.27 HOMOLOGAÇÃO

Ato administrativo da autoridade competente que:

- a) reconhece estar o órgão, equipamento/sistema ou auxílio do SISCEAB em condições de ser ativado, satisfeitos os requisitos técnico-operacionais estabelecidos em seu respectivo projeto e em conformidade com as normas em vigor; ou
- b) declara estar um procedimento de navegação aérea contido em uma carta aeronáutica apto a ser executado, satisfeitos os requisitos operacionais.

1.5.28 IMPLANTAÇÃO

Conjunto de atos e procedimentos necessários à existência e à operação regulamentar de equipamentos, auxílios à navegação aérea, sistemas ou órgãos operacionais do SISCEAB, abrangendo as fases de planejamento, instalação, homologação e ativação.

1.5.29 INOPERÂNCIA

Interrupção temporária, programada ou não, da operação de um PSNA, auxílio à navegação aérea ou sistema, por motivo de natureza técnica, operacional ou técnico-operacional.

1.5.30 INSPEÇÃO DA SEGURANÇA OPERACIONAL

Processo de verificação da conformidade normativa das atividades desenvolvidas pelos órgãos provedores de Serviço de Navegação Aérea quanto ao que estabelece a legislação brasileira. No DECEA, esse processo verifica a conformidade com as disposições constantes dos Anexos à Convenção de Aviação Civil Internacional e o nível de implementação dos elementos críticos de um sistema de vigilância da segurança operacional.

1.5.31 INSPEÇÃO EM VOO

Investigação e avaliação em voo dos sistemas/auxílios à navegação aérea e procedimentos de navegação aérea contidos em uma carta aeronáutica, para se certificar ou verificar que estejam dentro das tolerâncias previstas, permitindo uma operação segura.

1.5.32 INSTALAÇÃO

Conjunto de atos e procedimentos relativos a uma das fases de implantação de um PSNA, desde a elaboração do respectivo projeto até o recebimento técnico.

1.5.33 MANUAL DE GERENCIAMENTO DA SEGURANÇA OPERACIONAL (MGSO)

Documento que descreve a abordagem do Gerenciamento da Segurança Operacional de uma Organização ou Entidade Provedora de Serviços de Navegação Aérea.

1.5.34 OPERADOR DE AERÓDROMO

Também denominado explorador de infraestrutura aeroportuária, significa toda pessoa física ou jurídica que administre, explore, mantenha e preste serviços em aeródromo de uso público ou privado, próprio ou não, com ou sem fins lucrativos.

1.5.35 ÓRGÃO AFIS

Órgão ATS que presta o Serviço de Informação de Voo de Aeródromo e, adicionalmente, o serviço de alerta a todo o tráfego em operação na sua área de movimento e a todas as aeronaves em voo no espaço aéreo classe “G” nas imediações deste aeródromo. O serviço AFIS poderá ser prestado de forma remota.

1.5.36 ÓRGÃO OPERACIONAL

Órgão responsável pela prestação dos Serviços de Tráfego Aéreo e/ou Circulação Operacional Militar, Busca e Salvamento, Telecomunicações Aeronáuticas, Meteorologia Aeronáutica e Informações Aeronáuticas.

1.5.37 ÓRGÃO REGIONAL

São Organizações da União, integrantes da estrutura regimental do COMAER, que desenvolvem atividades na Circulação Aérea Geral (CAG) e na Circulação Operacional

Militar (COM), coordenando ações de gerenciamento e controle do espaço aéreo e de navegação aérea nas suas áreas de jurisdição. Os Órgãos Regionais pertencem à estrutura regimental do DECEA e são constituídos por quatro CINDACTA e um CRCEA.

1.5.38 PRESTADORA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS (PSE)

Pessoa física contratada ou jurídica subcontratada de direito público ou privado que presta serviço para EPTA nas atividades de implantação, operação ou manutenção. Somente a Prestadora de Serviços Especializados (PSE) que exerce a atividade de operação deverá ser autorizada e homologada pela União-COMAER-DECEA mediante emissão do Certificado de Especialização Operacional (CEOp).

1.5.39 PROCEDIMENTO DE NAVEGAÇÃO AÉREA

Série de manobras predeterminadas com proteção específica de obstáculos e publicadas em cartas aeronáuticas, a fim de garantir a segurança das operações aéreas em condições normais de voo.

1.5.40 PRODUTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO (PCEA)

Qualquer produto de uso para o Controle do Espaço Aéreo, englobando, dentre outros:

- a) sistemas e equipamentos de telecomunicações aeronáuticas;
- b) auxílios à navegação aérea;
- c) sistemas e equipamentos de vigilância;
- d) sistemas e equipamentos de gerenciamento de tráfego aéreo;
- e) sistemas e equipamentos de meteorologia aeronáutica; e
- f) sistemas de tecnologia de informação de emprego operacional no SISCEAB.

NOTA: Outros tipos de sistemas e equipamentos não estabelecidos nas alíneas anteriores poderão ser incluídos a fim de se atender a requisitos e normas específicos.

1.5.41 PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL (PNAVSEC)

Programa criado por intermédio do Decreto Presidencial nº 7.168, de 5 de maio de 2010, que tem como objetivo disciplinar a aplicação de medidas de segurança destinadas a garantir a integridade de passageiros, tripulantes, pessoal de terra, público em geral, aeronaves e instalações de aeroportos brasileiros, a fim de proteger as operações da aviação civil contra atos de interferência ilícita cometidos no solo ou em voo.

1.5.42 PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA AVSEC PARA O SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO (PNAVSECCEA)

O Programa Nacional de Segurança AVSEC para o SISCEAB (PNAVSECCEA) tem por finalidade definir procedimentos e aplicação de medidas de segurança para os Elos do SISCEAB, visando garantir a Segurança AVSEC nas atividades do SISCEAB.

1.5.43 PROVEDOR DE SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA (PSNA)

Expressão genérica utilizada para caracterizar as organizações operacionais responsáveis pela provisão dos Serviços de Navegação Aérea prestados pelo SISCEAB.

NOTA 1: Por convenção, no Brasil, os Serviços de Navegação Aérea são parte integrante do “Controle do Espaço Aéreo”, abrangendo as áreas de Tráfego Aéreo (ATS), de Informações Aeronáuticas (AIS), de Comunicações, Navegação e Vigilância (CNS), de Meteorologia Aeronáutica (MET), de Cartografia Aeronáutica (CTG) e de Busca e Salvamento (SAR).

NOTA 2: Essas organizações podem ser de natureza pública civil ou militar e ainda de natureza privada.

NOTA 3: Esta definição de PSNA não contempla os serviços prestados exclusivamente à Circulação Operacional Militar (COM).

1.5.44 REDEMET

Site oficial de Meteorologia Aeronáutica do COMAER que disponibiliza dados meteorológicos de superfície e de altitude, observados e previstos, recebidos da rede de Estações e de Centros Meteorológicos do SISCEAB e do Sistema Mundial de Previsão de Área.

1.5.45 REALOCAÇÃO

Conjunto de atos e procedimentos relativos à mudança de local de equipamento, de um sistema ou auxílio à navegação aérea do PSNA.

1.5.46 RESTABELECIMENTO

Momento em que o PSNA ou o sistema/auxílio à navegação aérea volta a operar, após serem eliminadas as causas que determinaram sua inoperância ou suspensão.

1.5.47 SEGURANÇA AVSEC (*SECURITY*)

São ações e medidas implementadas contra ilícitos para a segurança patrimonial de instalações, equipamentos, pessoas, comunicações e transmissão de dados.

O termo *Security* nos Anexos 17, Doc 8973 e Doc 9985 da OACI deve ser entendido como Segurança AVSEC neste Programa.

1.5.48 SERVIÇO DE INFORMAÇÃO DE VOO DE AERÓDROMO (AFIS)

Serviço prestado por órgão ATS. Tem por finalidade proporcionar informações que assegurem a condução eficiente do tráfego aéreo nos aeródromos homologados ou registrados, que não disponham de órgão ATC.

1.5.49 SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA SEGURANÇA OPERACIONAL (SMS)

Sistema que apresenta objetivos, diretrizes, responsabilidades e estruturas organizacionais necessárias ao funcionamento do gerenciamento da segurança operacional, de acordo com metas de desempenho preconizadas pelo DECEA.

1.5.50 SUBSTITUIÇÃO

Conjunto de atos e procedimentos relativos à substituição total ou parcial de equipamentos, auxílios à navegação aérea, sistemas ou órgãos operacionais do SISCEAB.

1.5.51 SUSPENSÃO

Sanção por irregularidades constatadas, aplicada por ato administrativo da autoridade competente, que determina a interrupção temporária da operação de um PSNA.

1.5.52 TORRE DE CONTROLE DE AERÓDROMO

Órgão estabelecido para proporcionar serviço de controle de tráfego aéreo ao tráfego de aeródromo.

1.5.53 TORRE DE CONTROLE REMOTA

Corresponde ao órgão ATS remoto de aeródromo responsável pela prestação do Serviço de Controle de Aeródromo.

1.5.54 VISTORIA

Inspeção local com finalidade específica.

1.5.55 VISTORIA DE HOMOLOGAÇÃO DE PSNA

Inspeção realizada pelo Órgão Regional competente, para constatação de que os equipamentos/sistemas foram implantados conforme as informações básicas do projeto.

1.5.56 VISTORIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL PARA ACEITAÇÃO DO SMS

Vistoria realizada pela ASEGCEA para a comprovação da implantação de todos os componentes de um SMS, com a finalidade de concluir sua aceitação pelo DECEA.

1.5.57 WEBMET

Rede de Meteorologia do Comando da Aeronáutica que tem como objetivo integrar os produtos meteorológicos voltados à aviação civil e militar, visando tornar o acesso a essas informações mais rápido, eficiente e seguro.

2 IMPLANTAÇÃO

Os requisitos para a implantação de órgãos operacionais e equipamentos empregados no SISCEAB estão estabelecidos na ICA 63-18 “Critérios de Implantação de Órgãos Operacionais, Auxílios à Navegação Aérea e Sistemas de Apoio aos Órgãos ATS”, combinados com os preceitos contidos na ICA 800-9 “Garantia da Qualidade e da Segurança de Sistemas e Produtos no Âmbito do SISCEAB”, na ICA 63-10 “Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA)” e no MCA 63-4 “Homologação, Ativação e Desativação no Âmbito do SISCEAB”, conforme a natureza do PSNA.

3 ÓRGÃOS OPERACIONAIS DE PSNA

3.1 CONTROLE DE APROXIMAÇÃO (APP)

Deverá ser capaz de prestar o Serviço de Controle de Aproximação e Serviço de Alerta, conforme previsto na ICA 100-12 “Regras do Ar”, na ICA 100-37 “Serviços de Tráfego Aéreo”, no MCA 100-16 “Fraseologia de Tráfego Aéreo”, na ICA 100-31 “Requisitos dos Serviços de Tráfego Aéreo”, na ICA 63-33 “Horário de Trabalho do Pessoal ATC, CNS, MET, AIS, SAR e OPM”, e no MCA 102-7 “Manual do Serviço de Telecomunicações do Comando da Aeronáutica”.

NOTA 1: Em situações específicas, estabelecidas na ICA 100-18 “Certificado de Habilitação Técnica para Controlador de Tráfego Aéreo”, os ATCO do efetivo poderão prestar o AFIS. Entretanto, a prestação dos Serviços de Informação Aeronáutica e de Meteorologia Aeronáutica deverá ser realizada, respectivamente, por especialista AIS e técnico em Meteorologia Aeronáutica.

NOTA 2: No caso de o PSNA operar como AFIS/FIS em horário específico, deverá atender, no que couber, aos requisitos deste serviço.

3.2 TORRE DE CONTROLE DE AERÓDROMO (TWR)

Deverá ser capaz de prestar o Serviço de Controle de Aeródromo e Serviço de Alerta, conforme previsto na ICA 100-12 “Regras do Ar”, na ICA 100-37 “Serviços de Tráfego Aéreo”, no MCA 100-16 “Fraseologia de Tráfego Aéreo”, na ICA 100-31 “Requisitos dos Serviços de Tráfego Aéreo” e na ICA 63-33 “Horário de Trabalho do Pessoal ATC, CNS, MET, AIS, SAR e OPM”.

3.3 ÓRGÃO AFIS (RÁDIO)

Deverá ser dotado de meios de Telecomunicações Aeronáuticas capazes de prestar o AFIS ou AFIS-S e o Serviço de Alerta, conforme previsto na ICA 100-12 “Regras do Ar”, ICA 100-37 “Serviços de Tráfego Aéreo”, MCA 100-16 “Fraseologia de Tráfego Aéreo” e MCA 102-7 “Manual do Serviço de Telecomunicações do Comando da Aeronáutica”, com área compatível às suas necessidades técnicas e operacionais, com restrição de acesso a pessoas estranhas à sua operação.

3.4 ÓRGÃOS OPERACIONAIS REMOTOS

O Serviço de Telecomunicações Aeronáuticas de Torre de Controle e AFIS poderá ser prestado de forma remota, conforme norma específica.

4 SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

A prestação de serviços de navegação aérea do PSNA é resultado do respectivo processo de homologação e, além dos requisitos estabelecidos nesta Instrução, deverão ser observados os procedimentos para a implantação do PSNA, de órgãos operacionais, sistemas e equipamentos estabelecidos em norma específica conforme a natureza do interessado.

NOTA: A ênfase do serviço de navegação aérea do PSNA está no órgão operacional que presta o serviço. Portanto, em um DTCEA, por exemplo, esta Instrução se aplica ao serviço de uma torre de controle ou de uma rádio e não à organização militar em si.

4.1 SERVIÇO MÓVEL AERONÁUTICO (SMA)

4.1.1 Deverá ser dotado de meios de Telecomunicações Aeronáuticas capazes de prestar o Serviço Móvel Aeronáutico (SMA), conforme previsto no MCA 102-7 “Manual do Serviço de Telecomunicações do Comando da Aeronáutica” e na ICA 102-16 “Serviço de Telecomunicações do Comando da Aeronáutica”.

4.1.2 Deverá ser composto de dois conjuntos de equipamentos (principal e reserva) para transmissão e recepção na faixa de frequência em VHF-AM, com potência adequada para atender às comunicações aeroterrestres na área de sua responsabilidade, de acordo com os requisitos operacionais.

NOTA 1: Quando possuir auxílio à navegação aérea que requeiram inspeção em voo, o PSNA deverá manter um terceiro conjunto de equipamento de radiocomunicação na faixa de VHF, portátil, com alcance de pelo menos 20 NM, para prover as comunicações exclusivas com a aeronave do Grupo Especial de Inspeção em Voo durante as inspeções na localidade.

NOTA 2: É responsabilidade do PSNA operar apenas nas frequências autorizadas para a estação.

4.2 SERVIÇO FIXO AERONÁUTICO (SFA)

4.2.1 Deverá ser dotada de meios de Telecomunicações Aeronáuticas capazes de prestar o Serviço Fixo Aeronáutico (SFA), conforme previsto no MCA 102-7 “Manual do Serviço de Telecomunicações do Comando da Aeronáutica” e na ICA 102-16 “Serviço de Telecomunicações do Comando da Aeronáutica”.

4.2.2 O SFA compõe-se de:

- a) Enlace Oral – enlace telefônico que estabeleça comunicação oral entre o órgão operacional e qualquer outro órgão ATS, podendo ser efetuado por meio de linha dedicada (Rede Telefônica TF-2) ou linha comercial; e
- b) Enlace de Dados – enlace que estabeleça comunicação de dados com o serviço de tratamento de mensagens aeronáuticas (AMHS), desde que avaliado e aprovado pelo CINDACTA/CRCEA-SE, por delegação do DECEA. Para o estabelecimento do referido enlace, deverá ser observado o disposto no MCA 102-7 “Manual do Serviço de Telecomunicações do Comando da Aeronáutica”.

NOTA 1: O acesso da EPTA ao AMHS poderá ser feito via INTERNET (AMHS WEB), mediante disponibilidade do servidor do COMAER e autorização do DECEA.

NOTA 2: A implementação do SFA deverá atender aos critérios estabelecidos na ICA 102-14 “Sistema de Telefonia do COMAER”, ICA 102-16 “Serviço de Telecomunicações do Comando da Aeronáutica” e no MCA 102-7 “Manual do Serviço de Telecomunicações do Comando da Aeronáutica”.

4.3 SERVIÇO DE METEOROLOGIA AERONÁUTICA

4.3.1 Os requisitos e critérios para implantação de Órgãos de Meteorologia Aeronáutica em aeródromos encontram-se na ICA 63-18 “Critérios de Implantação de Órgãos Operacionais, Equipamentos e Auxílios à Navegação Aérea”. Os requisitos para a instalação de EMS e de CMA estão estabelecidos nas ICA 105-15 “Estações Meteorológicas de Superfície” e ICA 105-17 “Centros Meteorológicos”, respectivamente.

NOTA 1: As Salas AIS e os Órgãos de Meteorologia Aeronáutica poderão ocupar o mesmo ambiente, desde que fique assegurada a privacidade da área operacional individual de cada órgão, observando a restrição de acesso a pessoas estranhas à sua operação.

NOTA 2: O observador meteorologista ou OEA poderá utilizar os dados de uma EMS-A para confeccionar o METAR e o SPECI se essa estação estiver homologada, com sua calibragem válida, possuir o tipo e a quantidade de sensores posicionados de forma que atenda aos requisitos de sensores de uma EMS-1, EMS-2 ou EMS-3 e inserida na sua FCANS ou AIOp.

NOTA 3: Na localidade em que o serviço de meteorologia não seja operado pelo mesmo provedor ATS, o PSNA deverá possuir Estação Meteorológica de Superfície (EMS) e Centro Meteorológico de Aeródromo (CMA) de acordo com o Órgão do Serviço de Tráfego Aéreo do aeródromo e de acordo com o tipo de operação VFR ou IFR homologado. Os requisitos e critérios para implantação de Órgãos de Meteorologia Aeronáutica deverão estar conforme ao previsto em Normas do DECEA específicas sobre o assunto.

NOTA 4: Só será autorizada a implantação de CMA isolado se o aeródromo já possuir EMS.

4.3.2 O CMA-1, CMA-2 ou CMA-3 implementado no PSNA deve ser dotado da infraestrutura operacional prevista na ICA 105-17 “Centros Meteorológicos”, conforme a sua classificação.

4.3.3 As EMA poderão ser implementadas no PSNA a critério do PSNA ou no interesse do SISCEAB, observando-se o preconizado no MCA 105-9 “Manual de Estações Meteorológicas de Altitude”.

4.3.4 O PSNA é responsável por atualizar as Cartas de Pontos de Referência da EMS, conforme previsto na ICA 105-15 “Estações Meteorológicas de Superfície”.

4.3.5 ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DE SUPERFÍCIE (EMS) PARA APP/TWR

4.3.5.1 O PSNA deverá possuir Estação Meteorológica de Superfície Classe II ou Classe I (EMS-2 ou EMS-1).

NOTA 1: Caso o aeródromo servido for homologado para operação IFR de precisão, deverá ser instalada EMS-1, dotada da infraestrutura operacional prevista no MCA 101-1 “Instalação de Estações Meteorológicas de Superfície e de Altitude” e na ICA 105-15 “Estações Meteorológicas de Superfície”.

NOTA 2: No caso de ser instalada EMS-1 em aeródromo homologado para operação IFR de não precisão, no mínimo todos os sensores previstos para a EMS-2 deverão estar disponíveis para o funcionamento do Serviço de Meteorologia Aeronáutica.

4.3.6 ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DE SUPERFÍCIE (EMS) PARA ÓRGÃO AFIS

4.3.6.1 O PSNA deverá possuir Estação Meteorológica de Superfície Classe III, Classe II ou Classe I (EMS-3, EMS-2 ou EMS-1), de acordo com o previsto na ICA 105-15 “Estações Meteorológicas de Superfície”.

NOTA 1: No caso de o interessado instalar EMS-1 ou EMS-2, a estação poderá ser operada pelo OEA conforme uma EMS-3, considerando-se o tipo de serviço e a categoria da EPTA.

NOTA 2: Se o aeródromo servido for homologado para operação IFR de precisão, deverá ser instalada EMS-1, dotada da infraestrutura operacional prevista no MCA 101-1 “Instalação de Estações Meteorológicas de Superfície e de Altitude” e na ICA 105-15 “Estações Meteorológicas de Superfície”, operada por observador meteorologista.

NOTA 3: No caso de ser instalada EMS-1 ou EMS-2, no mínimo todos os sensores previstos para a EMS-3 deverão estar disponíveis para o funcionamento do Serviço de Meteorologia Aeronáutica de aeródromo homologado para operação IFR de não precisão.

NOTA 4: O OEA poderá utilizar os dados de uma EMS-A para confeccionar o METAR e o SPECI se essa estação estiver homologada, com sua calibragem válida, possuir o tipo e a quantidade de sensores posicionados de forma que atenda aos requisitos de sensores de uma EMS-3.

4.4 SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AERONÁUTICA

O PSNA deverá ser capaz de prestar esses serviços conforme o preconizado na ICA 53-10 “Sala de Informação Aeronáutica (Sala AIS)”.

4.5 SISTEMA DE GRAVAÇÃO DE VOZ/DADOS

Equipamento obrigatório de gravação dos dados digitais e orais dos serviços Móvel Aeronáutico e Fixo Aeronáutico, conforme os parâmetros descritos na ICA 63-25 “Preservação e Reprodução de Dados de Revisualizações e Comunicações ATS”.

4.6 SISTEMA DE ENERGIA

O PSNA deverá possuir sistema capaz de suprir a energia elétrica aos equipamentos pertinentes à EPTA, devendo atender ao preconizado na ICA 66-36 “Implantação/Substituição de Sistemas de Energia do SISCEAB”.

NOTA: A citada infraestrutura deverá ser implementada de modo que não haja interrupção do serviço além dos prazos mencionados em norma específica devido à falta de energia elétrica fornecida por fonte primária.

5 GENERALIDADES

5.1 PUBLICAÇÕES DO DECEA E FORMULÁRIOS

O PSNA deverá disponibilizar aos usuários meios para consulta das publicações do DECEA e dos formulários afetos ao serviço. Os documentos citados anteriormente poderão ser adquiridos no sítio <https://publicacoes.decea.mil.br>.

5.2 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Será proposto pelo PSNA com o objetivo de atender a maior quantidade de usuários da aviação regular e/ou, em casos específicos, da aviação geral. Deverá ser analisado e aprovado pelo Órgão Regional do DECEA.

NOTA 1: A carga horária será distribuída em dias e horários definidos de acordo com o interesse do SISCEAB e com a capacidade do PSNA. Esse horário deverá constar nas publicações de informações aeronáuticas.

NOTA 2: Quando solicitar a operação fora do horário normal de funcionamento, o usuário deverá observar o MCA 102-7 “Manual do Serviço de Telecomunicações do Comando da Aeronáutica”.

NOTA 3: A solicitação referente a nota anterior não será passível de cobrança adicional se ocorrer em função do estabelecido no item 15.3.2 do MCA 102-7 “Manual do Serviço de Telecomunicações do Comando da Aeronáutica”.

5.3 PESSOAL

5.3.1 O PSNA deverá ser dotado de efetivo técnico e operacional habilitado, de acordo com instrução pertinente, e adequado às suas finalidades, conforme o descrito a seguir:

- a) Controlador de tráfego aéreo, para a prestação do Serviço de Controle de Aproximação (APP) e/ou Serviço de Controle de Aeródromo (TWR), conforme o previsto na ICA 100-18 “Certificado de Habilitação Técnica para Controlador de Tráfego Aéreo”;
- b) Operador de estação aeronáutica, para a prestação do AFIS acumulando com os Serviços MET e AIS, conforme o previsto na ICA 102-7 “Licença e Certificado de Habilitação do Operador de Telecomunicações”;
- c) Observador meteorologista qualificado conforme a ICA 105-14 “Qualificação e Estágio Supervisionado do Pessoal de Meteorologia Aeronáutica”, para execução das atribuições estabelecidas para EMS-1/EMS-2 e CMA-1/CMA-2, em conformidade com o estabelecido na ICA 105-15 “Estações Meteorológicas de Superfície” e na ICA 105-17 “Centros Meteorológicos”;
- d) Operador de Sala de Informações Aeronáuticas (AIS), conforme o previsto na ICA 53-3 “Planejamento de Pessoal AIS”;
- e) Técnicos para manutenção nos equipamentos do PSNA, conforme o previsto na ICA 66-23 “Licenças e Certificados de Habilitação Técnica para o Pessoal Técnico do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro”; e

- f) Gerente ou chefe responsável pelo serviço prestado pelo PSNA e pela relação entre o provedor e as Instituições que normatizam, controlam e fiscalizam a prestação do serviço.

5.3.2 O efetivo operacional para o PSNA será proposto pela entidade operadora de acordo com a publicação do DECEA que trata de horário de trabalho relativo ao pessoal ATCO, OEA, MET e AIS. Os Órgãos Regionais, por delegação do DECEA, deverão avaliar e aprovar a correta distribuição de operadores e a respectiva carga horária e, posteriormente, encaminhar o efetivo operacional ao SDOP para homologação.

NOTA: O disposto no item anterior será fiscalizado por meio de inspeções de segurança operacional, conforme a ICA 121-10 “Inspeções de Segurança Operacional do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro”.

5.3.3 Os PSNA deverão encaminhar mensalmente ao Órgão Regional do DECEA a que estiver subordinada a escala de serviço dos respectivos órgãos operacionais, fazendo constar todo pessoal do provedor, inclusive os subcontratados, se existentes, para o mês subsequente.

NOTA: O PSNA deverá apontar na escala os operadores que prestam serviço em outros órgãos operacionais.

5.3.4 Durante o turno de trabalho para os quais foram escalados, é vedada aos ATCO, OEA, operadores AIS e Observadores Meteorologistas a execução de quaisquer outras tarefas que não as dos serviços operacionais pertinentes às suas atribuições.

5.3.5 Os provedores deverão apresentar técnicos capazes de apoiar as inspeções em voo realizadas pelo GEIV no equipamento que será testado, de acordo com a ICA 66-23 “Licenças e Certificados de Habilitação Técnica para Pessoal Técnico do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro”. Deverá ser observado, também, o disposto na ICA 66-22 “Gerenciamento de Inoperâncias no SISCEAB”.

5.4 SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA SEGURANÇA OPERACIONAL (SMS)

O PSNA deverá atender aos requisitos para implementação e manutenção de um Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional (SMS), conforme estabelecido nas normas específicas sobre esse assunto.

5.5 AUXÍLIOS À NAVEGAÇÃO AÉREA, AUXÍLIOS LUMINOSOS À NAVEGAÇÃO, EMS E ERAA

5.5.1 Os requisitos e critérios para implantação de auxílios à navegação aérea, EMS e ERAA encontram-se na ICA 63-18 “Critérios de Implantação de Órgãos Operacionais, Equipamentos e Auxílios à Navegação Aérea”.

5.5.2 Os PSNA são os responsáveis pela manutenção dos auxílios rádio à navegação aérea, EMS e ERAA operados pelo ANS nos seus respectivos aeródromos.

5.5.3 Os operadores de aeroportos e aeródromos são os responsáveis pela manutenção e operação dos auxílios visuais à navegação aérea, conforme estabelecido nos regulamentos da ANAC.

5.5.4 Qualquer sistema ou equipamento que requeira processo de homologação e ativação será testado e inserido nas publicações de informações aeronáuticas, e a responsabilidade pela sua operação será atribuída ao respectivo prestador do serviço, na forma requerida de acordo com a natureza do órgão.

5.6 FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

5.6.1 A fiscalização e o controle dos serviços prestados pelos PSNA serão realizados com base nas inspeções do DECEA, da ASOCEA, Inspeções em Voo realizadas pelo GEIV e Vistorias dos Órgãos Regionais, mesmo que realizadas com referências a outros processos que possam contribuir para a análise de não conformidades, de acordo com o estabelecido em normas específicas.

5.6.2 Toda informação obtida com base nas ações citadas anteriormente será objeto de análise do Órgão Regional e poderá requerer uma vistoria especial por equipe designada, além de ter como consequência a suspensão imediata do serviço ou o estabelecimento de prazo para solução da não conformidade.

5.6.3 Quando necessário, a não conformidade poderá ser apresentada à Junta de Julgamento da Aeronáutica (JJAer) para análise e aplicação das sanções previstas em normas específicas.

5.6.4 Vistorias Especiais e Inspeções em Voo Especiais serão realizadas em qualquer época pelo DECEA, GEIV ou pelos Órgãos Regionais para que sejam verificadas quaisquer irregularidades relativas ao funcionamento do PSNA.

5.6.5 Os auxílios à navegação aérea e as ERAA que apresentarem deficiência na sua operacionalidade, comprometendo a sua utilização, deverão ter sua operação suspensa.

5.6.6 A fiscalização do ANS em órgãos operacionais remotos será realizada no local onde a estação está instalada. Nesse caso, deverá ser levado em consideração que os serviços distintos do aeródromo podem não estar concentrados em uma mesma localidade e devem ser fiscalizados *in loco*.

6 DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 As sugestões para o contínuo aperfeiçoamento desta publicação deverão ser enviadas por intermédio dos endereços eletrônicos <http://publicacoes.decea.intraer/> ou <http://publicacoes.decea.mil.br/>, acessando o *link* específico da publicação.

6.2 Esta publicação poderá ser adquirida, mediante acesso, nos endereços eletrônicos citados em 6.1.

6.3 Os casos não previstos nesta Instrução serão submetidos ao Diretor-Geral do DECEA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Planejamento de Pessoal AIS: **ICA 53-3**. Rio de Janeiro, 2016.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo – EPTA: **ICA 63-10**. Rio de Janeiro, 2021.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Critérios de Implantação de Órgãos Operacionais, Auxílios à Navegação Aérea e Sistemas de Apoio aos Órgãos ATS: **ICA 63-18**. Rio de Janeiro, 2021.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Horário de Trabalho do Pessoal ATC, CNS, MET, AIS, SAR e OPM: **ICA 63-33**. Rio de Janeiro, 2021.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Gerenciamento de Inoperâncias no SISCEAB: **ICA 66-22**. Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Regras do Ar: **ICA 100-12**. Rio de Janeiro, 2016.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Certificado de Habilitação Técnica para Controlador de Tráfego Aéreo: **ICA 100-18**. Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Requisitos dos Serviços de Tráfego Aéreo: **ICA 100-31**. Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Serviços de Tráfego Aéreo: **ICA 100-37**. Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Qualificação e Estágio Supervisionado do Pessoal de Meteorologia Aeronáutica: **ICA 105-14**. Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Estações Meteorológicas de Superfície: **ICA 105-15**. Rio de Janeiro, 2021.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Centros Meteorológicos: **ICA 105-17**. Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Procedimentos Administrativos de Inspeção em Voo: **ICA 121-3**. Rio de Janeiro, 2021.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Inspeções de Segurança Operacional do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro: **ICA 121-10**. Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Garantia da Qualidade e da Segurança de Sistemas e Produtos no Âmbito do SISCEAB: **ICA 800-9**. Rio de Janeiro, 2019.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Homologação, Ativação e Desativação no Âmbito do SISCEAB: **MCA 63-4**. Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Fraseologia de Tráfego Aéreo: **MCA 100-16**. Rio de Janeiro, 2021.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Manual do Serviço de Telecomunicações do Comando da Aeronáutica: **MCA 102-7**. Rio de Janeiro, 2019.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Manual Brasileiro de Inspeção em Voo: **MANINV-BRASIL**. Rio de Janeiro, 2021.

Anexo A – Endereço das Organizações Regionais do DECEA

ORGANIZAÇÃO	ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA
CINDACTA I	Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo SHIS – QI/05 Área Especial 12 – Lago Sul CEP: 71.615-600 - Brasília-DF Telefones: (61) 3364-8379 e (61) 3364-8375 FAX: (61) 3364-7030 e (61) 3364-8321 (Confirmação do FAX) <i>e-mail:</i> ocno.cindacta1@fab.mil.br
CINDACTA II	Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo Avenida Erasto Gaertner, 1000 – Bacacheri CEP: 82.510-901 – Curitiba-PR Telefones: (41) 3251-5282 e (41) 3251-5483 <i>e-mails:</i> com-sec.cindacta2@fab.mil.br e protocolo.gapct@fab.mil.br
CINDACTA III	Terceiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo Avenida Centenário Alberto Santos Dumont, s/nº – Jordão Baixo CEP: 51.250-000 – Recife-PE Telefones: (81) 2129-8087, (81) 2129-8276, (81) 2129-8132 e (81) 2129-8000 <i>e-mail:</i> sdoc.cindacta3@fab.mil.br
CINDACTA IV	Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo Avenida do Turismo, 1350 – Tarumã CEP: 69.041-010 – Manaus-AM Telefones: (92) 3652-5401 e (92) 3652-5709 FAX: (92) 3652-5501 e (92) 3652-5500 (Confirmação do FAX) <i>e-mail:</i> com.cindacta4@fab.mil.br
CRCEA-SE	Centro Regional de Controle do Espaço Aéreo Sudeste Rua Washington Luís, s/nº – 2º andar – Prédio da Torre de Controle Aeroporto de Congonhas – São Paulo-SP CEP 04.626-911 Telefone: (11) 2112-3506 FAX: (11) 2112-3551 <i>e-mail:</i> protocolo.srpvsp@fab.mil.br

Anexo B – Ficha Cadastro de Atribuição de Serviços de Navegação Aérea (FCANS)

COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO
(ÓRGÃO REGIONAL DO DECEA)

Ficha Cadastro de Serviços de Navegação Aérea (FCANS) Nº ____/ANO

Tendo em vista o disposto na ICA 63-46, autorizo o(a) _____ (entidade) a operar o Serviço de Navegação Aérea a seguir especificado, a partir de ____/____/____:

1 - ANS:

2 - LOCALIDADE: Nome e Indicador de localidade (Exemplo: VITÓRIA/Eurico de Aguiar Salles, ES – SBVT);

3 - ENDEREÇO: Logradouro, Número, Bairro/Distrito, Município, Unidade da Federação. (Exemplo: Avenida Fernando Ferrari, nº 3800, Goiabeiras, Vitória – ES);

4 - OPERADOR DO ANS: (DTCEA ou DNB);

5 - SERVIÇO DE RÁDIONAVEGAÇÃO: Auxílios, identificadores, frequências e coordenadas do Serviço de Radionavegação Aeronáutica. (Exemplo: VOR/DME “VRI” 116.400 MHz 20° 15’ 37.00” S/040° 17’ 06.19” W e ILS/DME “IVT” 109.300 MHz 20° 16’ 01.20” S/040° 17’ 34.20” W);

6 - SERVIÇO MÓVEL AERONÁUTICO: Frequências do Serviço Móvel Aeronáutico. (Exemplo: TORRE VITÓRIA – 118.100 MHz, SOLO VITÓRIA – 121.950 MHz, ATIS – 127.575 MHz, CONTROLE VITÓRIA – 119.850 MHz e EMERGÊNCIA – 121.500 MHz);

7 - AUXÍLIOS VISUAIS*: Auxílios, cabeceiras, rampa e MEHT (Exemplo: VASIS RWY 23 (ÂNGULO NORMAL DA RAMP: 3.00° / MEHT: 45 FT); *Apenas para aeródromos militares do COMAER.

8 - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: (em UTC);

9 - SERVIÇO FIXO AERONÁUTICO (SFA): (descrever a via de encaminhamento estabelecida e os meios de telecomunicações operacionais);

10 - INDICADORES DE REMETENTE/DESTINATÁRIO AMHS: (Exemplos): SBVTXLTD, SBVTXLTL, SBVTYDYX, SBVTYMYX, SBVTYOYX, SBVTYSYX, SBVTZAZX e SBVTZTZX;

11 - SERVIÇO DE METEOROLOGIA AERONÁUTICA (MET): (MCA 105-2 e MCA 105-12);

12 - SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AERONÁUTICAS (AIS): (PUBLICAÇÕES CONFORME ACIMA);

13 - ÓRGÃO OPERACIONAL REMOTO/LOCAL: (informar o tipo: R-AFIS, R-TWR, R-AFIS-S e o local onde está instalado); e

14 - OBSERVAÇÃO: (Quando houver alteração de dados cadastrais, para relatar o motivo da emissão do novo Anexo T. Ex.: FCANS emitida em função da inclusão ou exclusão de sistemas, equipamentos ou auxílios à navegação; FCANS emitida em função da substituição de entidade operadora; FCANS emitida em função da modificação de frequências, identificadores, categorias de EMS ou CMA etc.).

REFERÊNCIA(S): (Número e data dos Relatórios Final de Vistoria Técnica, Final de Vistoria Técnico-Operacional, Relatório Final de Inspeção em Voo).

Local, _____ Data ____/____/____

NOME COMPLETO e POSTO
Comandante do (Órgão Regional)